

A CONJUNTURA AGRÍCOLA DO TRIMESTRE*

*Miriam Jardim Kuhn***

Avaliar-se a situação de plantio da safra de verão 1995/96 neste último trimestre supõe o resgate de algumas questões que conferiram ao setor sua participação como "âncora verde" do Plano Real.

No início deste ano, até precisamente maio, as análises mostravam-se otimistas quanto a essa contribuição: a ocorrência da maior safra histórica, da ordem de 79,9 milhões de toneladas, superando o recorde de 75,2 milhões alcançado em 1994, parecia favorecer conjunturalmente o setor pelo aumento da oferta. Em contrapartida, as medidas de política econômica tomadas pelo Governo para alcançar os objetivos do Plano Real reforçaram a queda dos preços agrícolas, que logicamente aconteceria pelo grande volume de oferta de grãos no momento da comercialização. A abertura comercial e a redução das alíquotas do Imposto de Importação, com a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, expuseram o setor à maior concorrência e, dessa forma, atuaram como mecanismos de estabilização de preços. Também contribuiu para a diminuição dos preços o alto nível das taxas de juros. Estas fizeram com que os produtores assumissem a ação normalmente exercida pelas indústrias e cooperativas, que não se dispuseram a segurar produtos em estoque.

Como resultado, a queda dos preços afetou significativamente a renda do setor agrícola, gerando fortes mobilizações dos produtores. O Governo, na tentativa de reverter a situação, mobilizou recursos para o financiamento da comercialização e a aquisição de milho e de arroz (SILVA, 1995).

* Texto elaborado com informações disponíveis até 18.12.95.

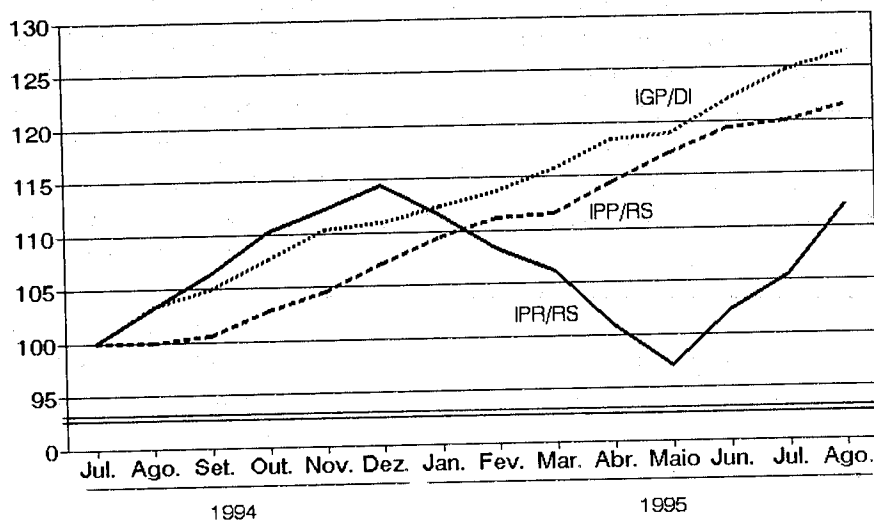
** Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece a Elvin Fauth, Paulo Roberto Nunes da Silva e Marinês Z. Grando pelos comentários e críticas a uma versão preliminar deste texto.

Tal situação torna-se mais desfavorável se for observado o comportamento do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores (IPP-RS) e do Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR-RS) desde o início do Plano Real. Percebe-se uma variação acumulada, até agosto deste ano, de 21,37% do primeiro índice contra 11,97% do segundo, o que revela uma relação de troca extremamente desfavorável para o produtor. Por sua vez, os Preços Pagos pelos Produtores, ilustrados no Gráfico 1 pelo IPP-RS, apresentaram uma evolução muito similar à observada para o caso do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), demonstrando a pressão dos preços pagos sobre as taxas gerais de inflação nesse período.

Gráfico 1

Evolução dos índices de preços recebidos e dos pagos pelos produtores no RS e do IGP-DI — jul./94-ago./95



FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1995). Rio de Janeiro: FGV, v.49, n.11, jun.

Com relação à demanda, mesmo que não se tenham observado mudanças nos processos de substituição de produtos em razão de mudanças nos preços relativos, pode-se inferir que o Plano Real provocou um rearranjo nas relações entre consumidores de forte cultura inflacionária.

Na observação específica da variação do Índice de Preços ao Consumidor de Porto Alegre (IEPE), notou-se a diminuição do item alimentação na composição acumulada desses índices durante o período jul./94-out./95, configurando o apoio dos produtos agrícolas na questão "âncora verde". Analisando-o de forma desagregada, constata-se que, nos subgrupos de produtos industrializados, semi-elaborados e *in natura* do item alimentação no domicílio, os dois primeiros itens estiveram em patamares sempre inferiores ao do índice geral e alimentar durante esse período, o que pode ser visto na Tabela 1. Acrescente-se que o comportamento dos preços dos produtos alimentares, especialmente para o caso dos produtos industrializados e semi-elaborados, no varejo, é representativo da oferta recorde de grãos, demonstrando o efeito encadeado sobre o sistema agroalimentar. A boa safra 1994/95, que reduziu os preços dos produtos agrícolas para a indústria e permitiu a elevação do índice de capacidade industrial ocupada (hoje em 83%, em média, em contraste com 75,4% no ano passado), assegurou a expansão da oferta de produtos. Ao mesmo tempo, houve uma resposta adequada ao crescimento da demanda, motivado pelo aumento do poder aquisitivo da população.

A safra de verão 1995/96: arriscando um prognóstico

Na divulgação da primeira intenção de plantio da próxima safra, a Fundação Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), através do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), indica uma diminuição de 7,7% na área plantada em relação à safra de 1995, resultando em 29,49 milhões de hectares. Já se for considerada a área colhida, tem-se uma diminuição de 6,71%, que corresponde a 29,17 milhões de hectares.

Igualmente, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através de seu segundo levantamento de previsão de área plantada da Região Centro-Sul, confirma as expectativas pessimistas. De acordo com as projeções de limites máximos, é de 8,7% a queda da área total a ser plantada. A área de arroz diminuiu 9,3%; a de feijão (1ª safra), 10,9%; a de milho, 8,6%; e a de soja, 4,9%.

Tabela 1

Variação percentual dos preços dos alimentos nos Índices de Preços
ao Consumidor de Porto Alegre - jul./94-out./95

DISCRIMINAÇÃO	IPC-IEPE-RS
Índice geral	28,70
Alimentação	10,35
Alimentação no domicílio.....	9,64
Alimentos industrializados	2,58
Alimentos semi-elaborados	9,49
Alimentos in natura	25,40
Alimentação fora do domicílio	28,65

FONTE: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, responsável por um quarto da colheita brasileira dos quatro principais grãos de verão (arroz, feijão, milho e soja), no primeiro prognóstico do GCEA de área plantada ou a plantar na safra de 1996, figura com uma estimativa para esses grãos de 5,731 milhões de hectares, isto é, 5,67% menor que a área plantada na safra de 1995, quando atingiu 6,08 milhões de hectares. Apesar de os resultados oficiais confirmarem uma efetiva queda de área plantada, ela está se caracterizando ainda maior, visto as últimas informações sobre a estiagem que assola o Estado. O atraso na solução da dívida agrícola com o projeto da securitização, a redução de insumos (fertilizantes) em função da queda na receita e a demora nas decisões de concessão de crédito também são fatores pelos quais essa queda na área plantada ocorreu. Com relação à securitização, é preciso destacar que a medida aliviou, em parte, os problemas agrícolas ao transformar as dívidas desse setor, por mutuário devedor, até um limite de R\$ 200 mil, sendo que serão renegociados pelo Banco os montantes dos débitos pendentes que excederem esse valor. De acordo com essa medida, os produtores inadimplentes poderão pagar suas dívidas em moeda corrente ou pela equivalência

produto, através de produtos básicos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como algodão, arroz, milho, trigo e soja.

No Rio Grande do Sul, onde é plantada quase a metade da safra brasileira de arroz, a expectativa, por ocasião do início da semeadura no mês de outubro, era de grande indefinição. Os produtores aguardavam um posicionamento do Governo Federal em relação à questão da dívida agrícola, que, no Estado, recai especialmente sobre o setor orizícola. Em meados de outubro, havia duas possibilidades prováveis para a safra gaúcha. A primeira previa a manutenção da área cultivada no Estado, caso o Governo implementasse, em tempo hábil, a securitização da dívida dos produtores rurais. Como o projeto de securitização dependia de aprovação do Congresso Nacional, foi somente após essa decisão, ao final de novembro, que os produtores se animaram a efetuar o plantio.

Para se ter uma idéia do grau de endividamento do setor orizícola em relação às demais atividades agrícolas, constata-se, através de dados do Banco do Brasil, que as lavouras de arroz são as mais dependentes do sistema financeiro. Pode-se explicar tal posição pela alta utilização de uma estrutura mais pesada de custos. Embora, segundo dados do Banco do Brasil, apenas 64% da área cultivada no Estado com arroz tenha sido financiada por essa instituição em 1995, as lideranças do setor arrozeiro apostam em uma segunda possibilidade, para uma provável queda na área de plantio, não inferior a 20%, caso não conseguissem a rolagem da dívida do setor. De qualquer modo, a última avaliação do IBGE prevê uma redução na área de plantio em torno de 16,09% em um total previsto de 859 mil hectares. Segundo avaliações do órgão, as regiões que têm quedas mais acentuadas são as da Campanha Ocidental e do Litoral Lagunar, que são as maiores plantadoras do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, na definição da política oficial para o produto, que deverá vigorar na comercialização da safra 1995/96, o Governo reviu sua estratégia em relação à fixação do preço mínimo, bem como a política de estoques. O Governo considera que os parâmetros anteriormente utilizados na definição do preço mínimo funcionavam bem quando a economia era fechada, porquanto eram baseados exclusivamente em fatores internos.

No caso do arroz, considerando-se a abertura da economia no contexto de um mercado internacional onde os excedentes exportáveis são relativamente grandes, o que ocorreu é que se passou a internalizar o produto a custo mais baixo do que os preços praticados internamente. Assim, as impor-

tações passaram a constituir um referencial importante para a comercialização interna do arroz, tanto o irrigado como o de sequeiro, estabelecendo um teto para o nível de preços e deslocando a demanda em favor do produto importado.

Dentro desse quadro, a produtividade será afetada tanto pela diminuição das tecnologias disponíveis — como semente, adubo, preparo do solo — como pelas condições ambientais que, com a estiagem, vêm configurando um atraso nas áreas plantadas.

A tendência para o plantio do milho no Rio Grande do Sul não é das mais animadoras. Aparentemente, o Estado pode estar caminhando para reverter a tendência observada na safra 1994/95, quando a área cultivada com a soja encolheu 181 mil hectares, 80% dos quais foram transferidos para a produção do milho. A importância que o produto adquiriu neste ano, desde que se tornou estratégico para a garantia de fornecimento de proteína animal de baixo custo — aspecto vital para o controle da inflação —, deveria ser levado em conta no momento da comercialização. Tendo em vista esses acontecimentos os produtores estarão levando para esse plantio outras questões. Uma delas é o preço mínimo de garantia do produto, que foi reduzido de R\$ 6,32/60kg na safra 1994/95 para R\$ 6/60kg na safra atual, aplicando uma diminuição nominal numa situação ainda inflacionária. A outra questão é a inadimplência que está ocorrendo no meio rural e que tem tornado os bancos mais exigentes quanto às garantias para novos empréstimos. Como já foi mencionada em âmbito geral, apesar de o Governo Federal ter anunciado o programa de securitização de parte da dívida agrícola, até que tal medida fosse implementada já tinha se passado o prazo recomendado para o plantio do milho.

Segundo a EMATER-RS, o plantio evoluiu muito pouco desde a estiagem que assola o Estado, estimando-se que se encontre em torno de 86% na média do RS. Forçosamente, o rendimento físico também irá diminuir, devido aos menores dispêndios na lavoura.

Também a soja apresenta forte retração na área cultivada na safra 1995/96, com total previsto de 2,9 milhões de hectares, significando uma queda de 4,8% em relação à área plantada na safra anterior, quando atingiu 3,01 milhões de hectares. Além das dívidas dos produtores com os agentes financeiros oficiais, somente há um mês vem sendo dada, através da securitização, uma solução que beneficia aqueles que não se precaveram na aquisição de insumos e no preparo da lavoura.

No caso da soja, o plantio está praticamente paralisado. A área plantada até o início de dezembro correspondia de 70% a 73% do total esperado. A

Secretaria da Agricultura calcula que, se a seca perdurar, as perdas podem chegar a R\$ 317 milhões. As regiões com maior atraso de plantio são a Depressão Central, o Planalto, as Missões e o Vale do Uruguai, com quase 50% da intenção inicial.

O bom desempenho do feijão demonstrado na safra anterior, atingindo uma excelente produtividade, aliado à decisão do Governo em securitizar a dívida, motivou as regiões produtoras a manterem praticamente suas áreas de cultivo. Outra medida importante tornando a cultura quase totalmente amparada é a concessão do crédito de custeio num montante de até R\$ 30 mil para cada projeto, com equivalência produto. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), esse limite permite o cultivo de uma área equivalente a 20ha, o que abrangeria cerca de 90% dos produtores de feijão.

Entretanto, assim como as outras lavouras, o feijão vem sofrendo grandes prejuízos com a seca. O Município de Sobradinho, o maior produtor gaúcho, registra uma perda de 80% nas lavouras semeadas há cerca de 70 dias e 30% do total plantado nos 20 mil hectares destinados à cultura.

São, portanto, esses múltiplos fatores que vêm moldando a tendência do plantio da safra de verão 1995/96. As perspectivas relativas a cada uma das lavouras variaram de um forte pessimismo a um relativo otimismo, e, neste ano, a incerteza está maior para se traçar as perspectivas. Em primeiro lugar, porque o próprio processo de tomada de decisão em relação à disponibilidade de recursos deverá ser mais tardio. Está aí a securitização da dívida, e os preços internacionais têm tendência altista. Independentemente disso, as perspectivas da agricultura para 1996 serão mais realistas, a produção poderá ser menor, mas os preços e as rendas serão maiores, e, provavelmente, para o ano seguinte, haverá forte estímulo ao plantio.

Bibliografia

AGROANALYSIS (1995). Rio de Janeiro: IBE/Centro de Estudos Agrários, v.15, n.11, 15 nov.

ESTIAGEM quebra um milhão de toneladas no Sul (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-16, 13 dez.

FINALMENTE o acordo da dívida rural (1995). **Preços agrícolas**, Piracicaba, 23 nov.

IMPORTAÇÕES acumuladas estoques em mãos do governo (1995). **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v.49, n.11.

PLANTIO da soja é opção para a área do milho (1995). **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.46, 7 dez.

SAFRA de verão 1995/96; preços mínimos (1995). Brasília: MARA-CONAB, set. (Coleção documentos de política agrícola, n.1).

SECA castiga lavouras de verão no Estado (1995). **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.4, 5 dez.

SILVA, Paulo R. Nunes (1995). Qual o tamanho da próxima safra? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.3. (No prelo)

SILVA, Paulo R. Nunes (1995a). Outra safra recorde: outro descasamento? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, p.52-62.